



ST17. MUNDOS DO TRABALHO CONDIÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES

1170

DOS CONTRAUSOS ÀS EXPRESSÕES DO TRABALHO DE RUA: UMA LEITURA DAS PRÁTICAS DOS AMBULANTES EM CAMPINA GRANDE (PB)

*Maria Jackeline Feitosa Carvalho¹
Patrícia Daniely Marques Cavalcante²*

Resumo: O presente artigo é parte de pesquisa de iniciação científica (PIBIC /UEPB/GEUR) e tem por objetivo analisar as práticas e contrausos dos ambulantes nas ruas centrais de Campina Grande (PB), de modo a perceber a composição da rua e a relação com o espaço público expressas através do conflito entre poder público e ambulantes. Neste sentido, discutiremos a leitura que os ambulantes realizam sobre a rua e os processos de redefinição do trabalho de rua, mediante o que poderíamos denominar de novos ilegalismos urbanos (Telles, 2012), taticamente acionados como burla à maneira como a cidade organiza a produção e o trabalho. Nesse sentido, ao acionarem distintos e diversos usos da rua os ambulantes, em face à precarização no mundo do trabalho, incorporam uma rica dinâmica de pertencimentos, disputas e usos. Pois, a rua é um local territorializado que se constrói por ininterruptos atos de viver a cidade como dimensão do que é gerado como trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Ambulantes. Campina Grande.

O presente artigo analisa³ as expressões do trabalho dos ambulantes em Campina Grande- PB, de modo a perceber a composição da rua e a relação com o espaço público expressas através do conflito entre poder público e ambulante. A discussão a ser construída encontra-se vinculada a um contexto histórico anterior e a uma série de mudanças ocorridas em Campina Grande, a partir dos anos 1970⁴, e, que tiveram por

¹ Dr^a em Sociologia, Universidade Estadual da Paraíba/Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano (UEPB/GEUR).

² Graduanda em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba/Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano (UEPB/GEUR).

³ Temos por base a pesquisa vinculada ao PIBIC /UEPB/GEUR e sob o título: “**Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô**”: uma análise da composição da rua em Campina Grande (PB) e os contrausos no centro da cidade.

⁴ Contexto esse que localmente se caracterizará pela concepção de um planejamento urbano tecnicista, racional e cientificista vinculado à matriz modernista do urbanismo, ao definir determinados usos nos espaços públicos em Campina Grande. A exemplo do que pode ser observado com a implantação do

propósito criar e definir o uso de determinados equipamentos, todos localizados no centro, para se produzir uma imagem positiva de Campina Grande através da construção de novas paisagens e sociabilidades urbanas: lazer, arquitetura arrojada e moderna de equipamentos públicos, asfaltamento dos principais acessos, dentre outras se destacam nessa imagem.

Assim, apresentamos uma construção analítica que trabalha a partir da perspectiva da apropriação do espaço público como significação de um lugar que remete a uma “inversão” espacial hegemônica; a leitura das astúcias e inventividades da informalidade; ou seja, a partir da visibilidade de pessoas comuns e praticantes ordinários que compõem uma arte de fazer a cidade (Certeau, 1994). Essa perspectiva enfatiza a recolha dos contrausos como fonte de pesquisa relevante às ciências sociais, por tratar e revelar uma astúcia dos populares na cidade (Barreto, 1996; Certeau 1996). Aqui a ser analisada não como mera descrição da realidade, mas enquanto dinâmica que orienta a composição da rua e sua relação com o espaço público.

“Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. (...)”⁵. O sentimento demonstrado nas palavras de João do Rio, nessa epígrafe, é o que nos inspira fazer uma leitura diferenciada das expressões do trabalho nas ruas centrais de Campina Grande, ao perceber a rua não apenas como espaço físico construído materialmente composto por prédios, casas, escolas, praças, lojas, entre outras. Isto é, simples lugar de passagem de transeuntes, produtos e fluxos. Há uma lógica que constitui o trabalho de rua através da rede e dos pontos complexos e dinâmicos de significados, aos quais os ambulantes demarcam como lugar. É pertinente que nas ruas observamos a construção de diferentes usos, disputas, e apropriações em uma mesma situação de trabalho.

Cabe pontuar que a expressão do trabalho de rua é histórica, desde a colonização, milhares de índios e africanos foram escravizados e mulheres escravas, conhecidas como “negras de tabuleiro”, eram colocadas para vender doces e objetos nas ruas, dando início ao comércio ambulante no país: “(...) provando que esse imbróglio entre economia formal e informal vem pelo menos desde o início do século XIX”. (JORDÃO, 2012, p 90). Foi com essa atividade que muitos trabalhadores conseguiram comprar sua própria liberdade. Como podemos observar, através da pintura de Henry Chamberlain:

Calçadão da Cardoso Vieira, da requalificação da Estação Velha e da inauguração do Parque do Açude Novo – hoje, Parque Evaldo Cruz, todos essas, tentativas de suprimir os populares da rua por uma concepção de lazer disciplinado. Esse processo culminará com o *Projeto de Revitalização do Centro* de Campina Grande, em 2002, com a transferência dos ambulantes para as ARCCAS (Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre Catedral e Titão) e o Shopping Centro Edson Diniz (o Shopping Popular).

⁵ RIO, João do. A alma encantadora das ruas. Disponível em: <http://stat.correioweb.com.br/arquivos/educacao/arquivos/JoodoRio-AAIAlmaEncantadoradasRuas0.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2013.

Figura 1: Comércio ambulante escravo no século XIX

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

1172

Outro fato histórico, relacionado à disputa e aos conflitos envolvendo o comércio ambulante, foi a existência de um abaixo-assinado pelos lojistas capixabas, no ano de 1824, solicitando a extinção dos trabalhadores de rua. O que nos leva a perceber que,

Dois séculos após a redação desta Representação, sua atualidade permanece evidente. O conflito entre a economia formal e a informal não foi superado e vai muito além de uma proibição e da instituição de multas aos infratores. Enquanto isso, camelôs permanecem em alerta, porque a qualquer momento pode chegar a senha: Olha o rapa! (JORDÃO, 2012, p. 91).

Esse episódio nos revela que a rua tem uma forma particular de trabalho e que tem a ver com as referências históricas de uma atividade que não surge contemporaneamente, mas, que pode ser observada desde o início do mercado e da própria forma de produção capitalista. Porém, apesar da cena comum, e dos conflitos ainda permanecerem atuais, muita coisa mudou, o contexto econômico, político e social já não é mais o mesmo, a própria dinâmica da cidade exigiu dos ambulantes uma remodelação em suas formas de permanência e comercialização dos produtos.

Visto que, no cenário complexo e diverso do que seja a globalização, as categorias tradicionais se modificaram e, diante disso, os refugos *do* mercado (Bauman, 2012) buscam formas de manter-se, utilizando-se das brechas para se mover em direção ao mercado por *brechas* e sutilezas que, aos poucos, vão se colocando e, assim, sobrevivendo nos *pedaços*⁶ da cidade enquanto resistências e expressões do trabalho:

A gente só pode vir pra cá depois que as lojas fecham (...). Eu também só consegui esse espaço porque meu cunhado cedeu pra mim o lugar que ficavam as mesas de lanche, se não fosse assim não tinha conseguido nada. (A.L. – Mulher- 41 anos- CD e DVD- Rua Marquês do Herval).

A historicidade dessa atividade nos obriga a compreender as intencionalidades e os reflexos das transformações, no centro de Campina, a partir dos usos que realizam os

⁶ A esse respeito cf.: MAGNANI, J.G. & TORRES, L. de L.(Orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp,1996.

ambulantes nesse espaço. Tais usos, enquanto expressões do trabalho de rua fomentam uma discussão acerca dos modos pelos quais a ordem da composição da cidade (física e simbólica) é constituída no espaço público e, desta maneira, alterada pelas expressões do trabalho que realizam os ambulantes:

Produto de todos os elementos sociais, comerciais, geográficos existentes em um determinado espaço, esse por sua vez será modulado, reestruturado disponibilizando de utilidades, características e poder, será então territorializado, num misto de elementos já existentes em combinação, essa será a principal característica de um território, as relações existentes em um meio comum e particular. (FREIRE; DANTAS; NASCIMENTO, 2011, p 12).

Neste sentido, necessário se faz o estabelecimento um olhar aguçado sobre as imagens e discursos que compõem as expressões do trabalho no centro de Campina Grande. Pois, são distintas paisagens, modos de ver e registrar o espaço público, percebidas como contrausos, em práticas apropriações do centro de Campina Grande e em cruzamentos e desdobramentos que aí se colocam.

Pois, a ocupação da rua é algo que revela em si práticas de enfrentamentos e conflitos e que, nesse sentido, constituí um território a ser disputado por diferentes usuários enquanto expressão do trabalho. Há um sentimento de pertencimento, disputas e usos que se constituem por amplos e ininterruptos atos de viver a cidade em sua dimensão de distribuição, ou não, do que nela é gerado como trabalho. É como se, a cada ato de permanência na rua, os ambulantes estivessem afirmando o direito à cidade, historicamente lhes negado:

Eu acho certo ocupar o espaço público (...), se um espaço tá lá vazio, desocupado, porque não utilizar como forma de trabalho para garantir a sobrevivência? (C.B. – Homem- 33 anos- pastel- Rodoviária Velha).

Esta dimensão é incorporada também como uma tática de fazer valer a justificativa de permanência; isto é, enquanto forma de qualificar a legitimidade do trabalho ora realizado na rua. Pois o “ponto” não é dado, mas projetado pelos anos a fio passados na rua em meio aos riscos e conflitos peculiares às tentativas de assegurar um pedaço de espaço na cidade:

Faz 23 anos que trabalho aqui, eu fui o primeiro camelô cadastrado nessa Rua pela prefeitura de Campina, como você pode ver aqui na minha carteirinha que é do ano de 1993 se eu não me engano, (...) eu sou cadastrado, mas muitos aqui não são, se for contar mesmo deve ter apenas uns 20 cadastrados aqui (...). (W.A.L. – Homem- 48 anos- produtos importados - Rua João Pessoa).

Eu tô aqui há cinco(05) anos, mas já tem dezessete (17) anos que existe esse ponto, que era do meu pai, mas como ele está doente, a gente veio pra cá pra garantir o ponto (...), se for como os políticos prometem de arrumar um local pra gente, aí se sair daqui vai perder.

(F.P.M.F. – Mulher- 27 anos- produtos importados e guloseimas- Rua João Pessoa).

Outra tática recorrente nesta mesma rua é utilização do “espaço alheio” nos dias de sábado, onde alguns ambulantes por não irem trabalhar outros utiliza-se do espaço provisório. Cabe ressaltar nosso entendimento: Sabemos que este espaço não tem dono, já que é um local público, porém a própria dinâmica da Rua estabelece relações de territorialidade.

Figura 2: Utilização do “espaço alheio” - Rua João pessoa



Fonte: Trabalho de Campo

Além de buscar o melhor local para negociar essa tática possibilita a estes ambulantes um local mais seguro para se abrigar do sol e da chuva, condições estas que também promovem uma dinâmica diferenciada já que em dias de chuvas os ambulantes utilizam várias táticas como, por exemplo, a exposição de poucos produtos, utilização de plásticos, lonas e sombrinhas. A partir da generalização da informalidade na Rua João Pessoa, os campinenses já a associam como a *rua dos ambulantes*, visto que está é uma das mais tradicionais do comércio de Campina Grande fato este que explica o grande quantitativo de ambulantes em suas calçadas.

O discurso da recorrência à expressão do trabalho de rua também se observa enquanto disputa por um tipo específico de poder (quem pode, ou não, ocupar aquele espaço), demarcação de lugares (através da construção de fronteiras), hierarquias espaciais, teia de relações entre pessoas e objetos, dentre outras. Tudo isso se torna mais evidente quando nos deparamos com a ocupação do espaço da rua enquanto antiga disputa que envolve poder público, grandes e pequenos comerciantes formais, transeuntes e os próprios ambulantes.

Figura 3: Calçada disputada, enquanto território - Rua João Pessoa



Fonte: Trabalho de Campo

Ou seja, a expressão do trabalho de rua ainda envolve riscos, limites, disputas, conflitos e aderências a um outro sistema de códigos e condutas, tantas vezes percebido como ilícito, que funciona em paralelo à ocupação do que seja público e lícito. Reeditando, aos seus moldes, uma outra legalidade, os ambulantes têm que lidar constantemente com a “possibilidade de não existirem”, dado o conflito latente entre o formal/ legal e o que estabelecem como expressão do trabalho:

Aí minha filha é como eu lhe disse, nós ambulantes temos conflitos sim com esse pessoal da prefeitura, (...), por exemplo, qualquer ambulante que esteja circulando eles vão lá e ficam moendo(...). Eu soube de alguns que foram até espancados, eles não respeitam ninguém! (E.N.S. – Mulher- 43 anos- bolsas- Rua Floriano Peixoto)

A gente já era pra ter um espaço adequado, com melhores condições de trabalho (...), pra vê se o povo deixa de soltar piadinhas, porque eu vejo a gente aqui trabalha na rua, tudo bem! Mas a gente é mais humilde do que o povo que trabalha ai no comércio formal. (F.P.M.F. – Mulher- 27 anos- produtos importados e guloseimas- Rua João Pessoa)

A gente só pode vir pra cá depois que as lojas fecham (...). Eu também só consegui esse espaço porque meu cunhado cedeu pra mim o lugar que ficavam as mesas de lanche, se não fosse assim não tinha conseguido nada. (A.L. – Mulher- 41 anos- CD e DVD- Rua Marquês do Herval).

As expressões do trabalho de rua como contrausos se colocam pelas *brechas* e sutilezas que, aos poucos, vão chegando e, assim, sobrevivendo em qualquer *pedaço* da cidade como resistência e trabalho. É no espaço da rua onde se insere não apenas a possibilidade de sustento e reprodução enquanto tais, mas também, de forma distinta, o sentimento de estar e se vincular à cidade:

Eu vejo isso aqui como forma de sobrevivência, como eu lhe falei, eu não tenho condições de pagar aluguel pra ficar num espaço porque é muito caro, aí vim pra cá e fui ficando e hoje não penso em sair. (M.F.C. – Mulher- 55 anos- carro com lanche- Rua Marquês de Herval)

Percebidos assim os contrausos denotam distintas maneiras de utilizar e recorrer à cidade, pelo que esta ainda possa lhes oferecer: *a rua e sua composição de trabalho*. É

perceptível o acionamento de um discurso que se coloca pela ideia do que é ser ambulante, de como a cidade os define e de como eles próprios percebem o tipo de atividade desenvolvida. Rico em vivências e sociabilidades, podemos afirmar que esse espaço é vivo, dinâmico, (IN) constante e heterogêneo:

Por que do início do comércio desse comércio do Calçadão que iniciou foi eu no início era dois, depois aumentou pra três, depois aumentou pra quatro, depois aumentou pra cinco, aí ficou descontrolada aí o poder público retirou a gente do Calçadão (...) da mesma forma *tá* acontecendo aqui, *tá* entendendo? Já apareceu cinco, dez, quinze aí *tá* aparecendo agora bastante gente em termo disso(...), já *tá* ficando descontrolado aí depois o poder público que toma a decisão *tá* entendendo pra retirar aí que retira todo mundo. (G.G.S. – Homem- 31 anos- celular e variedades- Capitólio).

1176

A expressão do trabalho de rua aciona distintos e diversos tipos de usos deste espaço [a rua] pela tentativa de destacar um tipo de situação de precarização⁷ no mundo do trabalho, incorporada a uma (rica) dinâmica nas relações sociais que as constituem. Dado a forma como se apropriam dos espaços públicos, ao recorrerem sabiamente às *dobras e sutilezas do viver na cidade* (Telles, 2009). Como observado nas falas abaixo:

(...) aqui [Rua Marquês do Herval] é um espaço onde circulam muitas pessoas, muitos aqui saem do trabalho ou vão para as escolas a noites e fazem seu lanche barato e rápido. (Senhora M.F.C. 55 anos- carro com lanche- Rua Marquês do Herval)

O ponto aqui foi sendo organizado de acordo com os que *iam* chegando primeiro e *iam* ocupando (...) geralmente a preferência é pelo começo da rua que passa mais gente, aí o comércio é melhor (...), meu ponto mesmo sempre foi esse aqui, não tive outro. (W.A.L.- 48 anos-Homem- Banquinha com produtos importados - Rua João Pessoa).

As diferenças entre o trabalho dito formal ou informal tendem a se tornarem *volúveis* (Telles, 2009), ao acionarem uma delicada percepção entre o que é, ou não, emprego e desemprego, trabalho e não trabalho, exclusão e inclusão, dentre outros pares tradicionalmente, erroneamente, dicotomizados para pensar a cidade.

Interessante perceber como os ambulantes recorrem a uma tática (Certeau, 1996) de reconversão, a seu favor, em situações que, aparentemente, depõem contra os mesmos. Exemplo disso podemos situar o caso de alguns que hoje já estabelecidos formalmente, ainda optam por resguardar e operar o uso do “ponto da rua⁸”, utilizado por terceiros ou membros da própria família. Situação muito peculiar deste cenário podemos citar um pequeno ponto localizado na Rua João Pessoa, no qual seus donos

⁷ Expresso pelo aumento do desemprego, flexibilização das relações de trabalho, terceirização, entre outros, todos oriundos da reestruturação produtiva e que traz um impacto considerável nas expressões da questão social, essa mudança pode ser compreendida e denominada de *mutações do trabalho* (Telles, 2009)

⁸ Denominação esta dada pelos ambulantes, independentes de barracas fixas ou removíveis.

têm três lanchonetes distribuídas pelo centro da cidade, comercializando o mesmo produto. Uma outra situação, diz respeito a um espaço de venda de materiais elétricos, o qual o proprietário⁹ repassa muitos destes às lojas inscritas no comércio formal.

Outro aspecto diz respeito à considerável mobilidade entre o comércio formal e informal, enquanto ocupantes de um mesmo espaço que constantemente “é disputado e posto em suspeição pela forma como se estabelece a fronteira entre lícito e ilícito. Há uma espécie de conflito, tantas vezes ocultado, diferentemente estabelecido por um diálogo que depende *de onde e com quem* se coloca, se entre si ou, ou o seu oposto, na figura do poder público. Mediação esta perceptível, na medida em que se define *quem fica e quem deve ocupar* este espaço:

(...) quando eu comecei *há 21 anos atrás* todos os camelôs eram no meio da rua(...), quando teve essa mudança que foi pro Shopping Edison Diniz e teve a ARCCA Catedral e a ARCCA Titão, aí como não coube todo mundo, né? E ficou alguns ainda, foi meu caso fiquei ainda de fora! Eles [poder público local] iriam ajeitar um ponto. Foi passando (...) foi passando e continuei no meio da rua. Hoje você vê chegando mais camelô e invadido por que além deles tirarem do meio da rua (...) ele tem que botar a gente num ponto (...) e esse pessoal que *tá* todo aqui ele tem que ver o lado de bloquear a entrada de outros camelô (...) com essa invasão por que si não nunca vai acabar *tá* entendendo? Eu sou cadastrado, muitos não são e esses que não são eu acho que vai ganhar o mesmo ponto que eu um dia (...) a gente ganhar e esses que não ganhar vai continuar no meio da rua. (J.S.B. – Homem- 39 anos- camisas de time- Capitólio).

Situações como estas denotam a flexibilidade das fronteiras entre formal/informal, legal/ilegal/ilícito que decorre de um processo mais amplo, que passa pelos circuitos da economia urbana (Santos, 2009). Ao qual se percebe que o comércio informal aciona a permeabilidade das fronteiras entre as atividades legais, ilegais ou ilícitas, ou seja, os ambulantes se utilizam de todas as táticas possíveis como forma de permanecer no espaço ocupado, burlando para isso o discurso oficialmente estabelecido sobre esta atividade:

Comecei aqui nessa rua vendendo bijuterias ali na esquina, depois fui vender bingo, tipo cartela da sorte, foi onde trabalhei cinco anos para o *Campina da Sorte* e eles me tiraram, (...) eu não tive nenhuma garantia. Eu *tava* sem alternativa nenhuma, tive que vender os móveis de casa pra entrar no negócio de vale transportes, vendia isso juntamente com bolsas infantis, foi o que deu mais certo até hoje, mas depois que inventaram o cartão do vale transporte deixaram de vender esses vales de papéis, eu *tava* aqui vendendo isso, mas era ilegal, mais ainda era o que dava mais dinheiro. Hoje vendo apenas bolsa, aqui na calçada do Edifício Comercial e Empresarial. (E.N.S. – Mulher- 43 anos –bolsas- Rua Floriano Peixoto).

⁹ Surpreendemo-nos, quando do trabalho de campo, nesse caso específico o qual o ambulante é formado em Educação Física mas optou por permanecer na rua, do que em um emprego formalizado.

Uma situação bem específica, a qual nos chama a atenção, é a existência de um bar, inserido no comércio formal, que também comercializa produtos na calçada e expõe telas com CD e DVD nas paredes e qual, além disso, conforme expresso por frequentadores quando da pesquisa de campo, “contrata garotas de programas para satisfazer os clientes”.

Estes contrausos nos remetem a Telles (2009, p. 171), ao afirmar a necessidade de que: “Seja como for, se é de interesse compreender os novos ilegalismos urbanos, não se poderá descartar (...) da investigação a face política do bazar metropolitano (...)”. Pois, a expressão do trabalho de rua se faz por contrausos que compõem a rua, como espaço público. Daí ser também necessário observar a *mobilidade* considerável dos dispositivos formais/informais, legais/ilegais/ilícitos quando do estudo da economia política da cidade (Santos, 2009).

A relação indissociável entre o espaço e a economia política¹⁰ é imprescindível de ser pensada, pois, segundo Santos (2009), a economia política não pode desconsidera o dado espacial - fato este já reconhecido, desde o século XVII e XVIII, pelos principais pensadores clássicos¹¹. Dessa forma, para o estudo do espaço e, nesse ínterim, das expressões do trabalho na rua, podemos entendê-lo como:

(...) resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infraestruturas e máquinas que se superpõem a natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O *trabalho morto*, sobre o qual se exerce o *trabalho vivo*, é a configuração geográfica e o dois, juntos, constituem exatamente o espaço geográfico. (SANTOS, 2009, p.111, grifos de autoria!)

Em outras palavras, para o estudo da economia política se torna essencial considerar o dado espacial, uma vez que, é a partir deste a mercadoria é produzida, circulada, divulgada e consumida. De tal modo que para análise desse circuito econômico urbano, Santos (2009) considera duas perspectivas: uma diz respeito a *economia política da urbanização* e a outra, a *economia política da cidade*.

A *economia política da urbanização* diz respeito a “economia política do território” e revela a repartição dos instrumentos de trabalho, do capital, do emprego e dos homens numa formação socioespacial, ou seja, leva em conta a ordem econômica organizada a partir do trabalho. Já a *economia política da cidade* mostra como o ambiente construído se organiza face à produção, isto é, como os agentes da vida urbana encontram seu lugar no meio construído e na divisão do trabalho, ou seja, como o trabalho vivo se organiza e define os lugares na cidade.

Dessa forma, entendendo que a economia política da cidade determina o *modo de ser da/na cidade*, dado a forma como esta se organiza em face da produção motivo de tantas desigualdades sociais e territoriais, já que põem sob evidência a produção, e

¹⁰ Economia política aqui pensada enquanto ciência das leis econômicas e das trocas materiais que tem por objeto a produção, de modo a comportar “as relações sociais que existem entre os homens na produção e a estrutura social da produção”. (LÊNIN apud NETTO, 2009, p. 26).

¹¹ A exemplo de Adam Smith, David Ricardo, William Petty e Karl Marx.

não os direitos dos cidadãos Pois, o capital constitui a força hegemônica que atua no espaço, visto que seus interesses prevalecem através do Estado e pela forma como se encontra organizado o mercado.

Tais características são percebidas em Campina Grande, de forma muito peculiar, mais uma vez, tem culminado com a estratégia de “limpeza” dos ambulantes das ruas centrais. Interessante perceber de que forma é manipulada a questão do trabalho de rua em Campina Grande, pelos gestores. Pois, em 2012, o então candidato a Prefeito prometera repensar a política em relação aos ambulantes. Porém, passado o período eleitoral e tendo o mesmo conseguido se eleger, este tem promovido sistemáticas proibições, implementando um amplo processo de higienização com contingente considerável de fiscais que têm por função coibir e apreender as mercadorias comercializadas nas ruas.

Esse processo vem se tornando prática corriqueira em Campina Grande, desde a retirada dos ambulantes do Calçadão da Cardoso Vieira¹² sob o discurso de deixar o espaço (público) livre para circulação de pessoas. Os ambulantes a princípio ficaram na Rua das Boninas e, posteriormente em frente ao antigo *Cine Capitólio* (onde estão até hoje). De modo são inúmeros conflitos e tensionamentos, entre ambulantes e fiscais da PMCG^{no} intuito de suprimir a expressão do trabalho de rua em Campina Grande.

Figura 4: Fiscais da PMCG distribuídos em pontos específicos das Ruas Centrais



Fonte: Trabalho de Campo

Por quê esse local? Porque foi o local a qual antes de nós viemos pra aqui, né? Nós perguntamos as autoridades, a qual estava levantado para retirar a gente lá do Calçadão, se a gente poderia vim pra esse local. Ai confirmaram a gente que pra aqui não tinha nem um mandato e não tinha problema nem um a gente vir pra aqui. Como até a gente veio com poucos meses vieram retirar a gente também daqui (...). Mesmo dizendo que podia né? Naquele momento né? A gente subiu ali pra Rua das Boninas passamos mais um mês lá também, eles tavam pra tirar a gente lá, ai nós voltamos pra aqui de novo, pra calçada do antigo Capitólio como vocês sabem, até aqui nós tamos aqui há um ano e três meses. (G.G.S. – Homem- 31 anos- celular e variedades- Capitólio).

¹² A esse respeito, consultar Relatório de Iniciação Científica (PIBIC/ CNPq/UEPB — Cota: 2011-2012: **Usos e apropriações do espaço público:** uma leitura a partir do “Calçadão” (Campina Grande-PB).

Em relação ao Capitólio a tática encontrada pelos ambulantes foi se estabelecerem ao redor do Capitólio, em sua calçada, evitando utilizar o espaço da praça Clementino Procópio onde se localiza o Capitólio, de modo a não prejudicar o fluxo de pessoas naquela área, conforme a fala do representante dos antigos ambulantes do Calçadão da Cardoso Vieira

Vim pra aqui não foi nem pra ficar ali na frente (...)já foi um pessoa que me deu uma orientação(...) como eu represento o pessoal todinho daqui a gente se estabelecer na calçada aqui ao lado do antigo Capitólio por que essa calçada (...) não é praça tá entendendo? E não ia impedir fluxo de gente, a prefeitura, o Ministério Público identifica isso, tá entendendo? (G.G.S. – Homem- 31 anos- celular e variedades-Capitólio).

Além destes contrausos elencados, observa-se que em dias de feriados onde a maioria das lojas do centro da cidade se encontram fechadas, há uma dinâmica de ocupação de determinados espaços, a exemplo do próprio Calçadão que, em dias normais e sem a presença de fiscais da PMCG, ficam esvaziados de ambulantes. Conforme figuras abaixo:

Figura 5: Ocupação do “espaço proibido” - o Calçadão



Fonte: Trabalho de Campo

Em 2013 foram proibidas as circulações com qualquer produto nas ruas centrais que os ambulantes viessem a vender ou transportar, inclusive até na parte inicial da Rua João Pessoa, onde está proibida essa circulação. Porém observamos que mesmo alguns utilizam a estratégia de venderem seus produtos em carrinhos, a exemplo de picolés, saladas de frutas, lanches e CD'S E Dvd's. O que demonstra como a cidade é territorializada e apropriada por um discurso político, econômico e ideológico, que tende a favorecer os interesses privados de certos grupos.

Algumas das principais ruas da cidade foram simplesmente fechadas ao comércio de rua, utilizando para isso do discurso que existia uma determinação do Ministério Público. Observamos que a causa real desse processo está associada aos interesses das grandes lojas localizadas no centro que solicitaram, por meio de um processo legal, a retirada dos ambulantes. A PMCG se adiantou e decidiu proibir o

comércio em algumas ruas, tais como: Maciel Pinheiro, Marquês do Herval e Floriano Peixoto, dentre outras.

Situações mais específicas possuem as ruas Marquês do Herval e Praça da Bandeira, onde os ambulantes ocupam suas calçadas apenas à noite, após as 18h, quando não mais se observa a permanência de fiscalização da PMCG e, assim, tentam burlar a existência de qualquer conflito com o poder público. A particularidade deste comércio é para venda de lanches, e produtos pirateados como CDs e DVDs, onde os ambulantes aproveitam o horário em que as pessoas estão saindo do trabalho para venderem seus produtos:

Não, não aqui não tem conflito, o que acaba acontecendo é a fiscalização que vem todo mês, pra fiscalizar se ninguém invade a área antes do horário de 18hs porque não pode (...) o que é permitido é só depois, outra coisa é que nem todos tem cadastro, aí fica complicado. (M.F.C. – Mulher- 55 anos- carro com lanche- Praça da Bandeira).

Neste sentido observamos que a expressão do trabalho de rua se coloca em meio a uma economia urbana que tende a favorecer certas áreas da cidade, destinadas ao comércio local. São lugares seletivos que apresentam as melhores vantagens para serem explorados:

(...) As cidades tomam consciência de que a economia se produz numa competição entre territórios. E vivem, portanto, a mesma realidade das empresas (...). A cidade passa a ser pensada como mercadoria, como empresa e como pátria. (VEINER apud ZINET, 2012, p. 4).

Na Rua Maciel Pinheiro, por exemplo, encontramos apenas duas barracas fixas, e estas só conseguiram permanecer neste espaço por estarem ali há muito tempo (uma há mais de 50 anos e outra há 27 anos). Observamos que, apesar do discurso que as calçadas têm que ser um espaço livre para pedestres, essa realidade parece não se aplicar às grandes empresas, já que encontramos nessa mesma rua a presença de um ponto [não fixo] pertencente a uma operadora de telefonia.

É como se existisse uma forma certa de negociar, ainda que muitos daqueles que se dizem formalizados também utilizam ou vendem, tantas vezes, as mesmas mercadorias que os ambulantes. Aliada a esse processo ainda coabita o preconceito e desvalorização dessa condição, em desconhecimento ao que expressa o trabalho de rua:

Eu vejo esse trabalho como uma questão de sobrevivência, de luta, batalha, (...), tem muita gente da minha idade que não queria tá aqui, preferia tá em loja, mas é a necessidade que fez com que estivéssemos aqui(...). Tem hora que a gente escuta muita piadinha, é gente olhando torto, principalmente esses comerciantes de loja (...), até outro dia mesmo, a menina do Boticário [Loja, *O Boticário*] me conhecia daqui e quando eu fui lá pra comprar ela me atendeu muito mal, ficou olhando com umas caras, aí eu desisti, eu sei que ela é igual a mim, mas ela não se sente assim (...), se duvidar eu ganho mais do que ela, mas só porque ela trabalha na loja se sente mais! (F.P.M.F. – Mulher- 27 anos- produtos importados - Rua João Pessoa).

Portanto, necessário se faz pensar as expressões do trabalho de rua no centro de Campina Grande, a partir de um olhar específico dos distintos contrausos acionados pelo ambulantes. Aqui delimitados por táticas que permeiam práticas *reinventadas e criativas* ao trabalho dos ambulantes. Visto a forma como se coloca a apropriação dos espaços ocupados, quanto às dinâmicas de uso e composição da rua. É interessante observar que o crescente acirramento entre ambulantes e poder público ganha proporção, em frequência e abrangência, através da formulação da intervenção da PMCG (Prefeitura Municipal de Campina Grande) que se delinea fundamentalmente pela forma como é permanentemente realizada a (truculenta) fiscalização, por parte do poder público, em relação ao trabalho ora desenvolvido pelas mais diversificadas forma de composição da rua.

Este cenário que tenta reinventar o centro recoloca em cena, mais uma vez, a hierarquização socioespacial em torno da qual se dá a tensão entendida pela composição da rua em Campina Grande e, ao que parece bastante relevante, à reflexão da relação com seu espaço público. Visto que o poder público passa a evocar o centro projetando-o pelo comércio formal, apoiado em uma memória do que já foi o centro da cidade. Memória esta apoiada apenas como permanências simbólicas do passado nostálgico do centro que permanentemente busca atualizar tal lugar para assim, conceber a negação dos ambulantes. Entretanto, a tentativa de esvaziar o uso da rua, não foi alcançada em seus objetivos. Pois, é considerável o número de pessoas que continuam sobrevivendo na / da rua; fazendo da expressão do trabalho de rua a tática de sobreviver e se reproduzir na cidade. Os ambulantes retomam a paisagem urbana do centro de Campina Grande e continuam a burlar o poder público por práticas maneira de expressarem o trabalho que desenvolvem no circuito da economia urbana.

Deste modo, concluímos que a distinção social da imagem pública da cidade é reeditada pelos ambulantes, em seus trajetos e deslocamentos que têm por tentativas “retomar o centro” e as áreas que historicamente negociavam introduzindo, mais uma vez, o potencializado dissenso na produção de Campina Grande em seu espaço público.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2004 (p.91-106; 199-217).

JORDÃO, Lia. Os Camelos e sua sina: Abaixo-assinado dos lojistas capixabas pede o fim do comercio ambulantes de tecidos em 1824. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7 n. 82, p. 90-91, jul. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009(p. 26).

NUNES João Pedro Silva; BAPTISTA, Luís Vicente. A Rua, Lugar físico construído. In: CORDEIRO Graça Índias; VIDAL Frédéric. (Orgs). *A Rua: Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livro Horizonte, 2008(pp. 97-111).

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, v. 2 n. 84, p.153-180, jul. 2009.

_____. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, São Paulo, p. 173-195, jul. 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009(pp.111-139).

SILVEIRA, Maria Laura. Economia Política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, Cátia Antônia da. (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011(pp.35-51).